

A PRESENÇA NEGRA E ATIVIDADES ECONÔMICAS NO SERTÃO PARAIBANO – SÉC. XIX

Segiefredo Rufino dos Santos

Especialista em História do Brasil pelas Faculdades Integradas de Patos-FIP
segiefredo@hotmail.com

1 ASPECTOS DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SERTÃO PARAIBANO

O cultivo da cana-de-açúcar inicialmente foi responsável pela ocupação e exploração das terras brasileiras, sobretudo na região que atualmente se localiza o Estado da Paraíba. No que diz respeito à pecuária, inicialmente tinha a finalidade de abastecer os engenhos de acordo com o que eles necessitavam, ou seja, funcionava como uma espécie de atividade complementar da economia açucareira.

Na medida em que a empresa açucareira crescia, os proprietários de engenhos buscavam ampliar seus domínios territoriais voltando-se para o interior da Capitania da Paraíba. Neste mesmo instante a criação de gado passou se tornar um entrave para o desenvolvimento da empresa açucareira. Assim, as duas atividades que antes atuavam de forma homogênea, passam neste momento a ter que exercerem suas principais atividades separadas entre si.

A separação entre estas duas atividades acarretou no processo de interiorização das fronteiras econômicas da Paraíba, como também a autonomia da criação de gado, que passou a ser uma atividade bem lucrativa devida às exportações de carne e couro para diversas partes da Colônia.

No final do século XVII intensificou-se o processo de ocupação e exploração do interior da Paraíba. Contudo, a ocupação desta região não ocorreu de forma pacífica, uma vez que houve conflitos e uma forte resistência por parte dos povos indígenas¹ que estavam localizados naquela região. (FERNANDES; AMORIM, 1999: 29). Os índios atacavam as fazendas roubando o gado e matando os colonos. Tais contendas só cessaram a partir da

¹ Os tabajaras, potiguaras e tapuais são exemplos das principais tribos indígenas da Paraíba colonial.

“guerra contra os bárbaros”², na qual as tribos indígenas responsáveis pela resistência da ocupação territorial foram dizimadas.

Coube aos *desbravadores* que percorreram a Capitania da Paraíba³, parte deles ligados a Casa da Torre “[...] a qual se tornou com o tempo o maior feudo do Nordeste, e tinha como principal objetivo a criação de gado, de que possuía extensíssimas fazendas” (OLIVEIRA, 2004: 23), abrir os primeiros caminhos que ligavam ao sertão paraibano⁴.

Diante dos empecilhos que dificultavam o processo de exploração da região ocupada, os pequenos currais começaram a ser instalados e à medida que as famílias povoadoras percorriam os cursos dos principais rios da redondeza, os núcleos de povoamento iam se multiplicando.

Os primeiros assentamentos populacionais, portanto, não ficaram restritos apenas às margens dos rios principais. Devido às diversas necessidades encontradas pelos senhores de gado, as fazendas se organizavam a fim de garantir os interesses de seus donos (gastar o mínimo possível). Segundo Irene Rodrigues Fernandes e Laura Helena Baracuhy Amorim:

O espaço do criatório organizara-se em função dos interesses dos grandes proprietários, em boa parte absenteístas⁵, sendo o gado criado solto, pastando em comum com o de outras fazendas, e exigindo uma mão-de-obra em pequena escala, que produzia a sua própria subsistência e que desenvolvia uma economia amonetária. (1999: 31).

Deve-se enfatizar que parte das atividades desenvolvidas na região sertaneja estava também voltada para ao consumo interno das fazendas, através das pequenas roças de subsistência. O sistema minifundiário, portanto, foi responsável por complementar a renda econômica das fazendas criatórias de animais.

Uma das principais atividades desenvolvidas na região que atualmente corresponde ao antigo “Arraial do Piranhas”⁶ foi a atividade pecuarista. O gado foi criado livre nas pastagens do sertão, e à medida que havia o crescimento do número de animais ou na época da venda deles, os vaqueiros saíam a sua procura para prendê-los no currais.

² Conflitos entre colonos e indígenas. Estas lutas são classificadas como “guerra justa”, porque a origem da guerra foi provocada pelos índios.

³ A família Oliveira Ledo junto com os Garcia D’Avila parte destes ligados a Casa da Torre

⁴ Sertão era o termo usado no período colonial para designar as terras para além do litoral.

⁵ Sistema de exploração agrícola, em que há um gerente intermediário entre o cultivador e o proprietário ausente. DICIONÁRIO DE ENSINO ATUAL. Diadema, SP: Desafio Atual. [s.d.]

⁶ Hoje em dia, o lugar onde estava localizado o antigo “Arraial do Piranhas” está sediada a cidade de Pombal.

[...] Na região, casas de barro cobertas de palha, currais de pedra ou madeira, pequenas roças de mandioca, feijão e milho funcionavam como âncora para o gado que se criava solto. Pastagens sem limites funcionavam como campos de engorda, onde o vaqueiro só pisava para buscar bezerros novos e fazer nova choupana [...]. (DELL PRIORE; VENÂNCIO, 1952: 93).

A maneira que a pecuária se organizou no sertão paraibano contribuiu para o seu rápido crescimento. Praticamente não existiam muitos gastos monetários com o desenvolvimento de sua estrutura administrativa, já que o processo de engorda do gado era simples, eles viviam soltos nas pastagens. Portanto, o tipo de organização administrativa da pecuária por não necessitar de altos valores monetários parece ser bem menos complexo do que aquele adotado pela empresa açucareira.

Na região sertaneja inicialmente não se predominou o desenvolvimento de uma economia voltada para o mercado externo⁷. Os produtos do sertão, a carne e o couro, serviam para atender as suas próprias necessidades da região e também, abastecer o mercado interno da Colônia, isto é, a faixa litorânea e a região das minas. Assim, como as atividades predominantes no sertão tinham por objetivo guarnecer algumas regiões da Colônia, não foi preciso que se utilizasse uma grande quantidade de trabalhadores, como ocorria com a economia açucareira referente da Capitania da Paraíba.

Diferente da atividade canavieira, a mão-de-obra utilizada na pecuária era praticamente livre, composta por brancos pobres, mamelucos e índios. Contudo, isto não quer dizer que o trabalho escravo não tenha existido nesta região, como afirma alguns pesquisadores⁸. A partir disto, passarei a analisar algumas das atividades desempenhadas pelos negros na região sertaneja da Paraíba. Logo, o eixo central desta pesquisa é promover uma discussão entre as especificidades apresentadas nas atividades escravistas das regiões açucareira e pecuarista da Paraíba.

⁷ Com o processo de ocupação e consolidação das fazendas de gado o couro passou a ser exportado para a Europa

⁸ Clóvis Moura, Capistrano de Abreu, Américo de Almeida entre outros.

1.2. O TRABALHO DO NEGRO NA REGIÃO DA PECUÁRIA

Nas mais diversas regiões produtivas do atual território da Paraíba, a escravidão foi à base de sustentação econômica durante o período colonial (GALLIZA, 1979: 22). A produção canavieira, criação de gado e a plantação de algodão são exemplos de atividades produtivas que em uma maior ou menor escala dependeram da mão-de-obra negra.

Boa parte da historiografia paraibana tradicional, como já foi visto, deu pouca importância à figura do negro, sobretudo na região sertaneja. Segundo Diana Soares de Galliza “de um modo geral, os historiadores que analisaram a economia sertaneja desprezaram o papel desempenhado pelo escravo negro ou atribuíram-lhe pouca importância na organização do trabalho nessa região [...]”. (1979: 80).

Apesar desta característica da historiografia acerca do trabalho negro nas áreas sertanejas da Colônia, sobretudo a paraibana, não devemos desprezar a participação desta mão-de-obra nas fazendas de gado. A presença e a decisiva participação do escravo na economia sertaneja da Paraíba eram ideias até então rejeitadas por diversos autores, como Clóvis Moura, Capistrano de Abreu, José Américo de Almeida e Jacob Gorender (GALLIZA, 1979: 80 - 82).

O livro **O Declínio da Escravidão na Paraíba – 1850-1888**, de autoria de Diana Galliza (1979), tem como objetivo central tentar desmitificar as ideias abordadas por esses historiadores acima citados. Ela utilizou para o desenvolvimento de sua pesquisa diversos documentos cartoriais⁹ que justificam a presença de escravos negros na região sertaneja. Dessa forma, Diana Galliza contribuiu para desconstrução da visão enraizada sobre a não participação negra na economia sertaneja.

*Inventários, mapas da população escrava, o recenseamento de 1872 e outros documentos mostram que o número de escravos nos municípios sertanejos da Paraíba não foi tão restrito, como se propalou. [este recenseamento] **confirma a presença significativa do cativo no criatório**. Em alguns municípios sertanejos como Souza, Pombal, Catolé do Rocha [...]. (GALLIZA, 1979: 83. Grifo meu).*

⁹ Inventários *post-mortem* e testamentos, além de relatórios dos Presidentes de províncias e Livros do Tesouro provincial.

O estudo de Diana Galliza contribuiu para que parte dessa visão tradicional da presença de mão-de-obra negra na região sertaneja fosse alterada, pois, existe uma parcela bastante significativa do número de escravos africanos nos municípios que compõem a região criatória bovina.

Dentre os municípios que compunham a região sertaneja da Paraíba, Pombal foi um dos que mais se destacou a respeito da quantidade de escravos pertencentes na região. Nos vários espaços sertanejos o negro esteve presente, atuando em diversas atividades ligadas a criação de animais, serviços domésticos e em outros afazeres.

O número de negros do município de Pombal era pequeno se comparado com o restante da população, mas deve-se ter em mente que esse fenômeno também ocorreu com o restante da Colônia e, sobretudo, com os municípios da Capitania da Paraíba. Ao analisar o testamento Paulo de Araújo Soares (1824), um rico senhor que possuía muitas cabeças de gado e um número considerável de fazendas, Maria do Céu Medeiros, descreve a quantidade de escravos presentes nesse espaço criatório.

No entanto para todo esse rebanho, ele não tinha mais do que 16 escravos, sendo que cinco eram mulheres que, com toda certeza, estavam nos serviços domésticos. Assim sobravam onze escravos para todas as propriedades distribuídas por regiões bem distantes umas das outras, não dando mais de três escravos para cada uma. (1999: 73).

A quantidade de escravos presentes no testamento descrito por Maria do Céu é pequena, porém mostra um traço característico das fazendas criatórias. Os negros que constituíam parte da mão-de-obra escrava utilizada nas fazendas não estavam subordinados exclusivamente a lidar com o gado, pelo contrário, muitos deles desempenhavam funções domésticas. Portanto, através do caso citado acima e constatando que 1/3 do total de escravos pertencentes àquele senhor de gado não estava ligado diretamente com a criação de animais. Com isso, se percebe que os cativos estavam espalhados e executando as mais diversas tarefas exigidas pelo seu senhor.

Em uma região próxima de Pombal, no município de Piancó, percebe-se uma quantidade considerável de escravos praticantes das mais diversas atividades (GALLIZA, 1979: 87). A maior parte deles atuava como cozinheiros, trabalhadores de enxada, costureira, fiandeira, vaqueiros entre outros serviços, além de dedicarem-se às roças de subsistência.

[...] Uma parcela significativa da população escrava era empregada no preparo da terra, para desenvolver a agricultura, e obras indispensáveis à sustentação da atividade criatória. A lavoura, que se tornou uma atividade auxiliar da criatória, era feita, durante o inverno, nas roças dos rios ou riachos, e, no verão, no leito dos rios, isto é, nas vazantes. [...] Os escravos, também desenvolveram obras necessárias à criação de gados valados, cercas, currais e açudes [...]. (GALLIZA, 1979: 89-90).

O cultivo das roças de subsistências se tornou essencial para a prosperidade da fazenda. Por meio da produção desta pequena lavoura a população sertaneja obtinha a maior parte dos nutrientes que necessitava para sobreviver. Todavia, o que é preciso destacar é o escravo como peças-chave no desenvolvimento deste tipo de plantação. Nas regiões sertanejas, portanto, o escravo não ficou agregado apenas a um único tipo de atividade, passando a exercer as mais diversas ocupações.

Uma prática comum era os proprietários de fazendas transferirem certas quantidades de escravos para a realização de serviços ligados a manutenção do espaço criatório: através da conservação dos pequenos açudes, manutenção dos currais e das roças de subsistência. Isso se fazia necessário para o pleno funcionamento das fazendas. Se essas medidas não fossem tomadas, com tempo poderia trazer prejuízos de ordem econômica para a população local, uma vez que disto dependia o crescimento e a venda dos rebanhos de gado.

Diante do que foi discutido até o momento, percebe-se que os elementos necessários para a criação e o funcionamento das fazendas criatórias não eram tão complexos como para o estabelecimento de um engenho de açúcar (WEHLING; WEHLING, 1994: 207). Com poucos recursos monetários se podia criar uma fazenda de animais, já que as porções de terras podiam ser adquiridas por meio de doações ou arrendamentos baratos. Com um pequeno número de reses¹⁰ podia começar a criação, além de não ser necessário investir em uma grande quantidade de mão-de-obra. Por todas essas razões era comum o vaqueiro iniciar seu próprio negócio, pois, os equipamentos utilizados com o gado parecem ter sido o custo mais elevado que o proprietário deveria dispor financeiramente.

Por essa razão, na pecuária não se exigia um grande número de mão-de-obra. Contudo, isso não quer dizer que ela não necessitasse de trabalhadores especializados para a realização

¹⁰ Termo utilizado na região sertaneja para designar “cabeças de gado”.

de suas atividades. As pessoas brancas, índios, mamelucos e negros compunham a mão-de-obra necessária para o desenvolvimento das fazendas de gado.

O trabalho do vaqueiro era fundamental para o pleno desenvolvimento da pecuária, visto que a ele era atribuída toda responsabilidade do rebanho. Constantemente era sua obrigação vigiar o gado nas pastagens para que ele não saísse de perto dos criatórios, uma vez que os bois eram criados soltos nos pastos. Segundo Caio Prado Júnior (1969;194)

Durante as épocas chuvosas exigia-se um esforço maior dos vaqueiros que deveriam estar atentos na vigia dos rebanhos. No período de inverno o gado ficava mais propício a se afastar da zona criatória, pois as pastagens mais verdes atraíam-nos para longe das fazendas, sem contar que era nessa época que geralmente as vacas procriavam. Portanto, “[...] na época das chuvas – anunciadas pelo desabrochar da flor de mandacaru – aprontavam-se arreios, ferraduras e couros [...]”. (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 1952: 94).

Nas grandes fazendas, onde o número de cabeças de gado era mais elevado, um só vaqueiro não conseguia dar conta de todas as atividades. Por isso, eles precisavam do auxílio de ajudantes, que na maior parte das vezes podiam ser pessoas ligadas ao próprio núcleo familiar do vaqueiro, ou contava com a presença de índios ou outros trabalhadores. Dessa forma, às vezes os negros também podiam está auxiliando as atividades dos vaqueiros. Maria do Céu Medeiros percebe a presença dos negros ao afirmar que:

Eles estão presentes na região como trabalhadores nas fazendas de gado. Aparecem como ‘fábricas’, isto é, como auxiliares de vaqueiros. Às vezes eles próprios são vaqueiros. Além dos serviços corriqueiros da fazenda, sua ocupação principal é cuidar do gado para não se tornar selvagem ou barbatão (como se dizia na época), numa região que não conhecia fronteiras. Daí ser o criatório uma eterna vigilância contra os índios e onças sempre gulosos de bois. (1999: 73).

A utilização de escravos africanos com a lida do gado foi essencial para os vaqueiros, uma vez que os negros ajudavam corriqueiramente nas atividades do dia-a-dia. Eles Tratavam das vacas paridas, evitavam as bicheiras nos animais, serravam os chifres pontiagudos, além de ter o cuidado para que os bois não se tornassem selvagens (uma das principais funções realizadas pelos vaqueiros).

A participação escrava negra na região sertaneja atuando como vaqueiros também é percebida por Mary Dell Priore e Renato Pinto Venâncio. Eles dizem que: “[...] Havia, contudo, escravos vaqueiros divididos, junto com os livres, por sua utilidade: ‘ vaqueiro

cabeça de campo de gado’ ou ‘vaqueiro cabeça campo d’eguas [...]’”. (DELL PRIORE; VENÂNCIO, 1952: 95). Portanto, o negro podia estar presente nas fazendas de gado atuando como auxiliares de vaqueiro, escravos domésticos ou atrelados a outros serviços.

Caio Prado Júnior ao descrever um dos fatores que contribuiu para o crescimento do número de fazendas de gado, caracteriza a forma de pagamento dirigida ao vaqueiro e aos seus auxiliares.

[...] Nas fazendas muito importantes às vezes dois e até três vaqueiros que repartem então o quarto entre si. Os fábricas são em número de dois a quatro, conforme as proporções da fazenda; são subordinados ao vaqueiro e o auxiliam em todos os serviços. Às vezes são escravos mais comumente assalariados, percebendo remuneração pecuniária por mês ou por ano [...]. (1969: 192).

Trabalhar como *fábricas* ou até mesmo assumir a função de vaqueiro (comum aos cativos) era vantajoso demais para os negros. Atuando diretamente nestas atividades, eles podiam receber “pagamentos” monetários como se fossem trabalhadores assalariados. Contudo, não podemos generalizar que as atividades desempenhadas pelos *fábricas* foram atribuídas exclusivamente aos negros, isto porque o indígena também se adaptou muito bem às diversas atividades desenvolvidas na zona criatória.

Não é difícil percebermos a presença do indígena na ocupação de parte da mão-de-obra utilizada no cenário sertanejo. Talvez a quantidade deles no Sertão da Paraíba, sobretudo no município de Pombal, tenha sido maior do que nas regiões que desenvolveram as práticas da cana-de-açúcar.

Sérgio Buarque de Hollanda diz que: “[...] O índio adaptou-se admiravelmente ao trabalho da pecuária, mais livre e mais de acordo com sua índole de nômade do que o da lavoura canavieira [...] (1997: 222). O índio rapidamente se adaptou as necessidades das fazendas de gado, desempenhando também papel decisivo nas atividades desenvolvidas na pecuária, principalmente como vaqueiros¹¹. Portanto, percebe-se que a mão-de-obra indígena se adaptou mais facilmente as atividades relacionadas ao espaço sertanejo do que aquelas relacionadas à faixa litorânea.

A partir da última década do século XVIII através da associação algodão/pecuária há um aumento considerável acerca da quantidade de escravos negros na área sertaneja

¹¹ Este tipo de trabalho talvez tenha sido destinado aos indígenas porque eles já conheciam cada centímetro do território sertanejo e tinham experiências com a domesticação de animais (gado, cavalos).

(JOFFILY apud MEDEIROS, 1999: 74). A venda de produtos ligados a indústria têxtil contribuiu para uma maior aquisição do número de escravos para a região, já que essa foi uma das únicas maneiras encontradas pelos proprietários rurais para que se pudessem acumular riquezas. Aproximando-se meados do século seguinte a quantidade de escravos presentes no sertão da Capitania da Paraíba passou por um fenômeno interessante.

A partir dos meados do século XIX, não admira que a tendência da população escrava fosse diminuir aos poucos, no total da população. Se isso ocorria em termos de Paraíba, mais ainda se pode supor ter ocorrido no Sertão onde a entrada do escravo sempre contou com obstáculos bem mais difíceis de transpor do que nas zonas mais próximas do litoral. (MEDEIROS, 1999: 76).

O número de escravos pertencentes à região sertaneja atingiu seu ápice em meados do século XVIII, contudo, entre os anos de 1850-1888 se verifica o declínio do número de escravos na Paraíba. Um dos fatores contribuintes que pôs limite à acumulação de escravos da Colônia e da Paraíba foi o fim do tráfico internacional como também, a abertura do tráfico provincial.

Portanto, o negro esteve presente nas várias partes do Brasil, Litoral e Sertão, atuando como mão-de-obra, contribuindo para a prosperidade econômica das regiões que esteve presente. O intuito deste trabalho foi demonstrar que o escravo africano participou e desempenhou papel ativo nas mais variadas atividades produtivas do Brasil, sendo a pecuária uma delas.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, N. Aspectos da geografia econômica do Brasil. In: _____. HOLANDA, Sérgio Buarque (Org). **A época colonial**: Administração, Economia, Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 177-182. (História Geral da Civilização Brasileira. v. 1, t. 2).

CANNABRAVA, Alice P. A grande propriedade Rural. In: _____. HOLANDA, Sérgio Buarque (Org). **A época colonial**: Administração, Economia, Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 192-217. (História Geral da Civilização Brasileira. v. 1, t. 2).

DELL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de Ouro da História do Brasil**. São Paulo: Ediouro Publicações, 1952.

FERNANDES, Irene Rodrigues; AMORIM, Laura Helena Baracuhy. **Atividades produtivas na Paraíba**. João Pessoa: UFPb,1999. (História temática da Paraíba. v.2).

GALLIZA, Diana Soares de. **O Declínio da Escravidão na Paraíba: 1850-1888**. João Pessoa: UFPB,1979.

MEDEIROS, Maria do Ceú; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O Trabalho na Paraíba: Das origens á transição para o trabalho livre**. João Pessoa: UFPb,1999. (História temática da Paraíba. v.1).

MELLO, José Octávio de Arruda. **A escravidão na Paraíba: *Historiografia e História***. Preconceitos e racismo numa produção cultural. João Pessoa: A união, 1988.

OLIVEIRA, Delanice Ribeiro. **Brejo do Cruz: Sua História e Sua Gente**. João Pessoa: A União Superintendência de Imprensa e Editora, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 9. ed. São Paulo:Brasiliense,1969.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1994.